



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br)

## **PREGÃO N. 074/2022**

(PAE n. 22.052/2022)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRE-SC n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual fornecimento e instalação de persianas verticais em PVC e cortinas rolô em tela solar 3% para as edificações que abrigam unidades do TRES.

A proposta deverá ser registrada no Sistema COMPRAS.GOV.BR, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **29 de setembro de 2022, às 9 horas**, no mesmo [site](http://www.gov.br/compras).

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pela Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018, pelo Acórdão TCU n. 2.568/2021 – Plenário, e pela Portaria P n. 136/2021.

### **I. DO OBJETO**

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Compras.gov.br ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

1.1.2. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

1.1.3. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no [site](http://www.tre-sc.jus.br) do TRE-SC, no seguinte endereço:

- [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) (“Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2022”).

1.2. O TRE-SC não se obriga a adquirir item cotado pelo licitante vencedor na quantidade relacionada no Projeto Básico / Termo de Referência, podendo até realizar licitação específica para adquiri-lo, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 16 do Decreto n. 7.892/2013.

1.3. O TRE-SC somente solicitará a aquisição do **ITEM 8** do presente certame quando houver o esgotamento da Ata de Registro de Preços do **ITEM 9**, conforme estabelecido no art. 8º, § 4º, do Decreto n. 8.538/2015.



## II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Os **ITENS 1 a 7 e 9**, da presente licitação são destinados, **exclusivamente**, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, se assim desejar, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n. 8.538/2015.

2.1.3. As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas poderão participar também do **ITEM 8**.

2.1.4. Em atendimento ao disposto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o **ITEM 8 do Projeto Básico / Termo de Referência** foi desmembrado nos **ITENS 8 e 9** do presente Edital.

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), órgão gestor do Sistema Eletrônico "Compras.gov.br".

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 9.7 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRE-SC, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRE-SC não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

**2.4. Fica vedada a participação, na presente licitação:**

a) de empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada;

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993; e

c) de empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005).

2.5. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.5.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.5, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.



### III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRE-SC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

### IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [pregao@tre-sc.jus.br](mailto:pregao@tre-sc.jus.br).

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

### V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos subitens **7.1.4** e **9.5** deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

**5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Compras.gov.br:**

**a) no campo “preço”: o preço, no VALOR UNITÁRIO do item cotado;**

**b) no campo “marca”: a MARCA do produto cotado, sem alternativa;**

**c) no campo “modelo/versão”: o MODELO / CÓDIGO / REFERÊNCIA (se houver) do produto cotado, sem alternativas;**

**d) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: o detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas; e**

**e) em campo próprio do sistema: a capacidade de fornecimento, que deverá ser igual à quantidade máxima estimada, constante no Projeto Básico / Termo de Referência.**

**5.2.1. O valor unitário da contratação refere-se ao preço do metro quadrado do produto instalado, incluindo o fornecimento de todas as ferragens, puxadores, quadros, trilhos, elementos de vedação e fixação, limpeza da área, testes e regulagens, de forma que as persianas/cortinas estejam prontas para uso.**

5.2.2. Entenda-se como MODELO, CÓDIGO ou REFERÊNCIA a denominação adotada pelo fabricante para individualizar o produto.

5.2.3. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital.**

5.2.4. Deverá ser informado, ainda, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, o prazo para garantia do objeto cotado, se superior a 12 (doze) meses, para os itens 1 a 7, e a 5 (cinco) anos, para os itens 8 e 9, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente deste Tribunal.

5.2.4.1. Na ausência de discriminação, na proposta, do prazo a que alude o subitem 5.2.4, considerar-se-á como proposto o prazo de garantia de **12 (doze) meses, para os itens 1 a 7, e de 5 (cinco) anos, para os itens 8 e 9**, conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

5.2.5. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.6. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.



5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

## VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO** para o item cotado.

6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.4.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 0,10 (dez centavos)** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.



6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.

6.8. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação:

a) para os itens 1 a 7 e 9, do critério de desempate previsto no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993; e

b) para o item 8, dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar n. 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.9. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem 6.8, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.9.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## VII. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor estimado para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.1.2.1. Havendo indício de que o valor a que se refere o subitem 7.1.2 possa estar desatualizado, é facultado ao Pregoeiro realizar diligência junto à Seção de Instrução de Contratações do TRE-SC, com vistas à revisão ou ratificação da estimativa originalmente obtida.

7.1.3. O valor estimado para a contratação (planilha de custos elaborada especificamente para objeto deste certame) será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7.1.3.1. Os valores apresentados nos Estudos Preliminares não representam o valor estimado para a presente contratação, pois espelham apenas uma estimativa de preços realizada preliminarmente pela unidade demandante.

7.1.4. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada, se necessário, de documentos complementares, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 7.1, sob pena de desclassificação.

7.1.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, estão aqueles que contenham as características e especificações do objeto ofertado, tais como catálogos, folhetos, *folders*, manuais,





*datasheets* e outros documentos que permitam aferir a sua conformidade com as exigências contidas no Projeto Básico / Termo de Referência.

7.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

7.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou a melhor proposta, em razão das especificações, da marca ou do modelo / código / referência (se for o caso) indicados na proposta, o Pregoeiro:

a) fixará prazo para que a empresa apresente amostra do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

7.3.1. Caso o licitante que ofertou a melhor proposta seja o fabricante do objeto proposto, a prova de adequação das características indicadas na proposta será feita exclusivamente por meio de apresentação de amostra.

7.3.2. As amostras deverão ser retiradas pelo licitante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de encerramento da Sessão Eletrônica.

7.3.2.1. As amostras aprovadas e não retiradas no prazo fixado no subitem 7.3.2 serão incorporadas ao patrimônio do TRE-SC; já as amostras não aprovadas e não retiradas em igual prazo, serão descartadas.

#### **7.4. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:**

a) não contenha a marca e/ou o modelo / código / referência (se for o caso) do produto ofertado e/ou apresente alternativa de marca e/ou de modelo / código / referência; e/ou

b) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

c) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou

d) apresente valor de item superior ao considerado aceitável, com base nos parâmetros estabelecidos nos subitens 7.1.2 e 7.1.2.1; e/ou

e) apresente preço que seja manifestamente inexequível; e/ou

f) não atenda à diligência prevista na alínea "a" do subitem 7.3.

7.4.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.4.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza;

c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e

d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens VIII e IX, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.6. Após a negociação prevista no subitem 7.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens VIII e IX deste Edital.



## VIII. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.4, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência à hipótese prevista no subitem 2.4, alíneas “b” e “c”, e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).

8.1.1. As consultas a que se refere o subitem 8.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

8.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no Sistema Compras.gov.br.

## IX. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação especificada neste Edital.

9.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;

b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista; e

c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;

d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;

e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no Sistema Compras.gov.br, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

9.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 9.1.1 deste Edital.

9.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado;

b) para o item 8, um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o fornecimento e instalação de cortinas em tela rolô em metragem não inferior a 90 m². Serão aceitos somatórios de atestados para a comprovação da quantidade mínima exigida; e

c) para o item 9, um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o fornecimento e instalação de cortinas em tela rolô em metragem não inferior a 30 m². Serão aceitos somatórios de atestados para a comprovação da quantidade mínima exigida

9.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:





a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.4.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

9.4.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

9.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.4.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.4.4. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentação complementar à habilitação, na forma do disposto no subitem 5.1.7, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Compras.gov.br, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

9.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

9.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 9.5, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 9.5 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 9.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

9.6. Na análise das condições de habilitação e da validade dos documentos comprobatórios, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.



9.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

9.8. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros, falhas ou omissões que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

9.8.1. As omissões referidas no subitem 9.8 são aquelas que não comprometam a constatação do atendimento prévio das condições de habilitação.

9.8.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 9.8, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **X. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Conforme disposto no Decreto n. 7.892/2013, as demais empresas licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora para formação de cadastro de reserva. Para tanto, serão adotados os seguintes procedimentos:

10.1.1. No momento da homologação da licitação, a autoridade competente convocará as licitantes interessadas em fazer parte do cadastro de reserva, informando data e hora para o fim da formação do cadastro.

10.1.2. O sistema enviará e-mail a todos os fornecedores com propostas não recusadas para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva.

10.1.3. Caso seja de seu interesse, o fornecedor deverá clicar em "PARTICIPAR" para registrar sua intenção em participar do cadastro.

10.2. O cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à empresa licitante melhor classificada.

10.3. Para a aceitabilidade das propostas das empresas licitantes que aceitaram reduzir seus preços, serão observados os critérios definidos no Item VII deste edital.

10.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 10.1 será efetuada na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto n. 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 desse mesmo Decreto.

## **XI. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO**

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

11.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 11.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.



11.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 11.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame, **POR ITEM**, ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

11.3.1. Não havendo vencedor para o **ITEM 9**, este poderá ser adjudicado ao vencedor do **ITEM 8**, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

11.3.2. Se a mesma empresa vencer os **ITENS 8 e 9**, a contratação de ambos os itens deverá ocorrer pelo menor preço.

## **XII. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS**

**12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:**

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

12.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não mantiver a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e



i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

12.1.2. As sanções previstas no subitem 12.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

12.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 12.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

12.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

12.2. Para os casos não previstos no subitem 12.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

12.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

12.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

12.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

12.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

12.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

12.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

12.4. As sanções estabelecidas no subitem 12.1 e na alínea “c” do subitem 12.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

12.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços de instalação, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

12.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 12.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

12.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

12.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 12.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

12.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.



12.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

12.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

12.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 12.3 exaure-se a esfera administrativa.

### **XIII. DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Elemento de Despesa – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 51 – Peças Não Incorporáveis a Imóveis.

### **XIV. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR**

14.1. O licitante vencedor ficará obrigado a assinar a Ata de Registro de Preços e, ainda:

14.1.1. durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fornecer a quantidade indicada no Contrato;

14.1.2. visitar o local antes da realização dos serviços para conferência das medidas e demais condicionantes do projeto;

14.1.3. entregar e instalar os produtos conforme condições estipuladas no Projeto Básico e com os projetos disponibilizados pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;

14.1.3.1. os serviços de instalação deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, ou outro horário a ser previamente combinado com o Gestor do Contrato, sem prejuízo ao andamento das atividades nos locais;

14.1.4. entregar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) nas tabelas do item 2.7 do Projeto Básico / Termo de Referência, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

14.1.4.1. poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados;

14.1.5. substituir o produto e/ou refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;

14.1.5.1. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

14.1.5.2. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço;

14.1.6. substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o(s) produto(s) que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESC;

14.1.7. fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços;

14.1.8. assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;

14.1.9. empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados,



nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento;

14.1.10. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;

14.1.11. executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes;

14.1.12. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

14.1.13. reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;

14.1.14. recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002;

14.1.15. responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;

14.1.16. não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência da SEA/CIS/TRESC;

14.1.17. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;

14.1.18. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem;

14.1.19. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.20. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

14.1.21. reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, nos termos do art. 70 da Lei n. 8.666/93;

14.1.22. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados;

14.1.23. proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável;

14.1.24. assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados;

14.1.25. prestar garantia do objeto pelo período indicado na proposta ou, na sua ausência, pelo prazo a que se refere o subitem 5.2.4 deste Edital, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRE-SC;

14.1.26. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

14.1.27. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.





## XV. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, que será conferida e atestada pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

15.1.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

15.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

15.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

15.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$ .

## XVI. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrada Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, com validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata.



16.1.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 16.2.1.

16.1.2. Será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame, conforme termos constantes da ata da sessão pública, com a finalidade de se formar um cadastro de reserva.

16.2. Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata.

16.2.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a Ata, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XII deste Edital.

16.3. Na hipótese de inadimplemento contratual ou cancelamento do registro do primeiro colocado, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva para, na ordem de sua classificação e observadas as condições de habilitação, registrarem preços, assinando a Ata de Registro de Preços.

## **XVII. DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO**

17.1. O TRE-SC fará as aquisições mediante a emissão de Contrato.

## **XVIII. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

18.1. O TRE-SC poderá cancelar o Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas no Item XII deste Edital, em qualquer dos casos a seguir especificados, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

I - quando a Administração tiver presentes razões de interesse público; ou

II - quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) não aceitar o recebimento da nota de empenho ou do instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei n. 8.666/ 1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

## **XIX. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

19.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis até o término da vigência da Ata, fixada no subitem 16.1.

19.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

19.2.1. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar ao TRE-SC a variação dos valores, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

19.2.2. Caso a empresa já tenha recebido a nota de empenho respectiva, para a entrega do produto, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado.

19.3. O TRE-SC terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.



19.3.1. Durante esse período a empresa deverá efetuar as entregas dos pedidos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE-SC. Nesse caso, o TRE-SC procederá ao reforço dos valores pertinentes aos materiais empenhados após o pedido de revisão.

19.3.2. A empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

## **XX. DO CONTRATO**

20.1. O contrato que advier do registro de preços objeto da presente licitação terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 10.024/2019.

20.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão e respectiva Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

20.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

20.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 20.3.2.

20.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

20.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

## **XXI. DA RESCISÃO**

21.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

21.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "b" do subitem 12.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas no subitem 12.2.1.4 e na alínea "c" do subitem 12.3.

## **XXII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1. O Contratante se obriga a promover, por meio de seus representantes, os servidores titulares das chefias dos Cartórios Eleitorais, ou seus substitutos, e o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda, sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio do e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

22.2. O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar na ata de registro de preços, no contrato e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento do objeto contratado. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.

22.3. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

22.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto n. 7.892/2013.

22.5. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e



suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

22.6. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Compras.gov.br”.

Florianópolis, 16 de setembro de 2022.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke  
Coordenadora de Julgamento de Licitações



**PREGÃO N. 074/2022****MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ARP n. \_\_\_\_\_/2022

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_/SC, resolve, nos termos da Lei n. 8.666/1993 e do Decreto n. 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão n. 074/2022, REGISTRAR OS PREÇOS de fornecimento e instalação de persianas verticais em PVC E/OU cortinas rolô em tela solar 3%, conforme descrito no Projeto Básico / Termo de Referência do Edital Convocatório do Pregão n. 074/2022, da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o n. \_\_\_\_\_.

1.1. Fica(m) registrado(s) para o(s) item(ns) abaixo especificado(s) o(s) seguinte(s) preço(s):

ITEM	DESCRIÇÃO		QUANT. ESTIMADA
1	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 1 Marca: _____ Preço unitário: R\$ _____ (_____)		80 m <sup>2</sup>
Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Balneário Camboriú	56ª e 103ª	Rua 2850, 470, Ed. San Salvatore. Centro	47 3367 4526
Biguaçu	2ª	Rua Hermógenes Prazeres, 277. Centro	48 3243 1103
Florianópolis	12ª, 13ª e 100ª	Rua São Francisco, 234, Centro	<a href="mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br">cis-sea@tre-sc.jus.br</a>
	Sede do TRESC	Rua Esteves Júnior, 68. Centro	<a href="mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br">cis-sea@tre-sc.jus.br</a>
	Anexo I	Rua Esteves Júnior, 80. Centro	<a href="mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br">cis-sea@tre-sc.jus.br</a>
	Anexo II	Rua Esteves Júnior, 157. Centro	<a href="mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br">cis-sea@tre-sc.jus.br</a>
Itajaí	16ª e 97ª	Avenida José Eugênio Muller, 406. Centro	47 3349 2941
Itapema	91ª	Avenida Nereu Ramos, 1180. Centro	47 3268 0605
Palhoça	24ª	Rua Najla Carone Guedert, 951. Passa Vinte	48 3242 4528
Palhoça	Depósito Central	Servidão Antônio José Guarezi, 130. Jardim Eldorado.	<a href="mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br">cis-sea@tre-sc.jus.br</a>
Santo Amaro da Imperatriz	67ª	Rua Pedro Mansur Elias, 25, Sala 01. Centro	48 3245 1885
São João Batista	53ª	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92. Térreo	48 3265 0459
São José	29ª e 84ª	Avenida Beira Mar, s/n, esq. com Rua Luiz Fagundes. Praia Comprida	48 3259 7187; 48 3259 6932
Tijucas	31ª	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. Centro.	48 3263 0698

\*Poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

E/OU

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA
2	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 2 Marca: _____ Preço unitário: R\$ _____ (_____)	80 m <sup>2</sup>



Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Balneário Piçarras	68ª	Avenida Getúlio Vargas, 123. Centro.	47 3345 1155
Blumenau	3ª e 88ª	Praça Victor Konder, 60 (Térreo Fórum). Centro	47 3326 4850; 47 3329 1999
Brusque	5ª e 86ª	Rua Humberto Mattioli, 78. Centro	47 3396 6215; 47 3355 6532
Gaspar	64ª	Rua Jackceia de Andrade, 66.	47 3332 1256
Guaramirim	60ª	Rua 28 de Agosto, 2000. Centro	47 3373 0243
Indaial	15ª	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Lj. 10. Centro	47 3333 3011
Jaraguá do Sul	17ª e 87ª	Rua Angelo Schiochet, 90. Centro.	47 3275 1183; 47 3275 1819
Joinville	19ª, 76ª, 95, 96ª e 105ª	Rua Jaguaruna, 38. Centro	47 3433 7023; 47 3433 9355 47 3433 8671; 47 3422 1354 47 3433 6433
Navegantes	106ª	R. Anibal Gaya, 525. Centro.	47 3319 2252
Pomerode	55ª	Rua XV de Novembro, 700, Fórum. Centro.	47 3387 1367
Rio Negrinho	74ª	Rua Prefeito Hugo Fischer, 242, sala 2. Bela Vista.	47 3644 1838
São Bento do Sul	30ª	Rua Henrique Schwarz, 554, Sala 4. Centro	47 3633 4236
São Francisco do Sul	27ª	Rua Barão do Rio Branco, 377, Sala 301. Centro	47 3444 1355
Timbó	32ª	Travessa Heinrich Eilers, 172. Centro	47 3382 2837

\*Poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

E/OU

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA
3	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 3 Marca: _____ Preço unitário: R\$ _____ (_____)	80 m²

  

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Araranguá	1ª	Avenida Coronel João Fernandes, 1234. Urussanguinha.	48 3524 0494
Braço do Norte	44ª	Rua Bernardo Locks, 148, sala 208. Centro.	48 3658 4123
Criciúma	10ª, 92ª e 98ª	Avenida Getúlio Vargas, 361 - Palácio do Estado. Centro.	48 3433 1347
Içara	79ª	Rua Vitória, 201. Centro.	48 3432 3174
Imaruí	62ª	Rua Antônio Bittencourt Capanema, s/n. Centro.	48 3643 0134
Imbituba	73ª	Avenida Santa Catarina, 186. Centro.	48 3255 1497
Laguna	20ª	Rua Coronel Fernandes Martins, 470 - Centro Executivo Mileniu.	48 3644 0703
Orleans	23ª	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina. Conde.	48 3466 1880
Sombrio	54ª	Rua Santo Antônio, 204. Centro.	48 3533 0801
Tubarão	33ª e 99ª	Avenida Marcolino Martins Cabral, 1315, Ed. Comercial. Centro.	48 3626 62 27
Turvo	42ª	Rua Afonso Colodel, 19, sala 02, Edifício América. Bairro Cidade Alta.	48 3525 0956
Urussanga	34ª	Rua Vidal Ramos, 159, Ed. Belas Artes, sala 1. Centro.	48 3465 3530

\*Poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

E/OU

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA
4	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 4 Marca: _____ Preço unitário: R\$ _____ (_____)	80 m²





Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Anita Garibaldi	52ª	Avenida Eduardo Salmoria, 485.	49 3543 0322
Bom Retiro	4ª	Rua Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo.	49 3277 0575
Campos Novos	7ª	R Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2º Andar. Centro.	49 3541 1104
Curitibanos	11ª	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, S/n.	49 3241 0533
Lages	21ª, 93ª e 104ª	Avenida Belizário Ramos, 3.800 - Bloco B. Centro.	49 3222 8316; 49 3222 8312; 49 3222 8317
São Joaquim	28ª	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, 13. Centro.	49 3233 2088

E/OU

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA
5	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 5 <b>Marca:</b> _____ <b>Preço unitário:</b> R\$ _____ (_____)	80 m²

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Canoinhas	8ª	Rua Marechal Floriano, 959. Centro.	47 3622 3793
Ibirama	14ª	Rua Getúlio Vargas, 560. Centro.	47 3357 3522
Itaiópolis	38ª	Rua Carril Pflanzler, 69. Centro.	47 3652 2791
Ituporanga	39ª	Rua João Steffens, 425. Centro.	47 3533 1605
Mafra	22ª	Avenida Coronel José Severiano Maia, n. 548. Vila Buenos Aires.	47 3642 5987
Papanduva	81ª	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11.	47 3653 2292
Porto União	25ª	Rua Matos Costa, 344. Centro.	42 3523 3332
Rio do Sul	26ª e 102ª	Rua Julio Roussenq Filho, 265. Jardim América.	47 3521 4803
Taió	46ª	Rua Padre Eduardo, 600. Padre Eduardo.	47 3562 0198
Trombudo Central	57ª	Rua Getúlio Vargas, 411. Centro.	47 3544 0587

\*Poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

E/OU



ITEM	DESCRIÇÃO		QUANT. ESTIMADA
6	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 6 Marca: _____ Preço unitário: R\$ _____ (_____)		80 m²
Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Abelardo Luz	71ª	Rua Padre João Smedt, 1274. Centro.	49 3445 4625
Caçador	6ª	Rua Victor Babbista Adami, 919, Sala 01. Centro.	49 3563 0087
Capinzal	37ª	Rua Narciso Barison, 171. Centro.	49 3555 2459
Chapecó	35ª e 94ª	Avenida Nereu Ramos, 1841-E. Centro.	49 3323 5445; 49 3323 5445
Concórdia	9ª e 90ª	Rua Ângelo Ari Biezu, 69. Centro.	49 3444 5970
Fraiburgo	77ª	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03.	49 3246 3013
Joaçaba	18ª e 85ª	Avenida XV de Novembro, 12, térreo, sala 02. Centro.	49 3522 1246; 49 3521 3060
Ponte Serrada	63ª	Avenida XV de Novembro, 86, Sala 2, Edifício Marafon. Centro.	49 3435 0004
Santa Cecília	51ª	Avenida Xv de Novembro S/n Esq Antonio C. de Medeiros, 5.	49 3244 1564
Seara	61ª	Rua Sétimo Casarotto, 98. Sala 2.	49 3452 4763
Tangará	47ª	Avenida Irmãos Piccoli, 220, sala 07. Centro.	49 3532 1005
Videira	36ª	Rua Saul Brandalise, 1531, Edifício San Francisco, Sala 03.	49 3533 2378
Xanxerê	43ª	Travessa Ernesto Carmelli, 55. Centro.	49 3433 5056
Xaxim	48ª	Rua Rio Grande, 653. Centro.	49 3353 1358

\*Poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

E/OU

ITEM	DESCRIÇÃO		QUANT. ESTIMADA
7	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 7 Marca: _____ Preço unitário: R\$ _____ (_____)		80 m²
Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Campo Erê	69ª	Rua Osvaldo Dário Dall Igna, 794, Sala 2. Centro.	49 3655 1225
Modelo	83ª	Rua XV de novembro, 476.	49 3365 3504
Dionísio Cerqueira	50ª	Av Santa Catarina, 218.	49 3644 0446
Itapiranga	65ª	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi.	49 3677 0207
Maravilha	58ª	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01. Centro.	49 3664 0856
Palmitos	41ª	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2.	49 3647 0539
Pinhalzinho	66ª	Avenida Capitão Anizio, 1.037. Centro.	49 3366 1822
Quilombo	78ª	Av. Coronel Ernesto Bertaso, 1300, sala 5, Ed. Dom Victório. Centro.	49 3346 3361
São Carlos	70ª	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II , Sala 01. Centro.	49 3325 4038
São Lourenço do Oeste	49ª	Travessa São Pedro, 1085. Subsolo Galeria Bela Vista. Centro.	49 3344 1255
São Miguel do Oeste	45ª e 82ª	Rua Marquês do Herval, 977, Edifício Leolino Baldissera	49 3621 0886 49 3621 1016

\*Poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

E/OU

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA
8	Cortinas Rolô em Tela Solar 3% - Sede e Anexo I do TRE-SC Marca: _____ Preço unitário: R\$ _____ (_____)	225 m <sup>2</sup>



E/OU

9	Cortinas Rolô em Tela Solar 3% - Sede e Anexo I do TRE-SC Marca: _____ Preço unitário: R\$ _____ (_____)	75 m²
---	--	-------

1.2. A quantidade estimada de consumo, de que trata a subcláusula 1.1, será adquirida de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, mediante emissão de contrato.

1.3. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em contrato.

1.4. O prazo de entrega é de, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC.

1.5. A entrega deverá ser feita no(s) local(is) indicado(s) nas tabelas do item 2.7 do Projeto Básico / Termo de Referência, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, ou outro horário a ser previamente combinado com o Gestor do Contrato.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata tem prazo de vigência por 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

1.8. O Contratante se obriga a promover, por meio de seus representantes, os servidores titulares das chefias dos Cartórios Eleitorais, ou seus substitutos, e o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda, sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio do e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

1.9. O eventual fornecimento, objeto da presente Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições do edital do Pregão n. 074/2022, além das disposições constantes da proposta apresentada pelo licitante vencedor, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste documento, no que não o contrarie.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Florianópolis, .... de ..... de 2022.

\_\_\_\_\_  
TRE-SC

\_\_\_\_\_  
EMPRESA



## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para fornecimento e instalação de persianas verticais em PVC E/OU cortinas rolô em tela solar 3%, autorizado pelo Senhor \_\_\_\_\_, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. \_\_\_\_ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 22.052/2022 (Pregão n. 074/2022), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa \_\_\_\_\_, decorrente da Ata de Registro de Preços n. .../2022, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, e com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_/SC e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento e instalação de persianas verticais em PVC E/OU cortinas rolô em tela solar 3%, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, e com o Pregão n. 074/2022, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto fornecimento e instalação de:

1.1.1. Persianas em lâminas verticais de PVC, marca \_\_\_\_\_, modelo \_\_\_\_\_, para os locais abaixo descritos, conforme requisitos técnicos a seguir:

- Persianas em lâminas de PVC lisas, giratórias e retráteis de aproximadamente 89 mm de largura, na cor branca;
- Trilho superior em alumínio anodizado, com pintura na cor branca, de seção 4,5 cm de largura por 3,5 cm de altura, aproximadamente;
- Comando de acionamento: lâminas com correntes da base em nylon e PVC (tipo bola, na cor branca) e carrinhos de polipropileno de alta resistência, que possibilitam sincronização automática, rotação/giro de 180º das lâminas e recolhimento para os lados (unilateral ou bilateral, conforme o caso);
- Fixação: em teto, parede, sanca, com ou sem afastador (a depender do projeto); as buchas poderão ser do modelo convencional ou especial para forro de gesso;
- Suporte de instalação: em aço galvanizado;
- Fornecimento do produto: todos e quaisquer materiais e acessórios necessários à correta instalação das persianas; a retirada das persianas antigas, quando houver, correrá por conta da CONTRATADA; a disposição final é de responsabilidade do TRE-SC;
- Garantia de \_\_\_\_\_, contados do recebimento definitivo, em caso de material defeituoso, vício oculto, erro de fabricação ou defeito nos componentes mecânicos; não cobre danos



resultantes de acidentes, uso abusivo, mau uso ou desgaste natural, além de danos decorrentes de exposição a ambientes que ocasionem a corrosão de componentes da persiana.

**Município(s):** \_\_\_\_\_.

**Local(is):** \_\_\_\_\_.

**Endereço(s):** \_\_\_\_\_.

**Quantidade(s):** \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>.

**E/OU**

1.1.2. Cortinas rolô em tela solar 3%, marca \_\_\_\_\_, modelo \_\_\_\_\_, para os locais abaixo descritos, conforme requisitos técnicos a seguir:

- Cortinas rolô em tela solar (screen microperfurada), com trama intermediária de 3% (translúcida), na cor branca, com acionamento manual por corrente metálica contínua com esferas metálicas em aço inox, sem guias laterais (inclusos cortina, suporte, buchas, parafusos e instalação).

- Composição do tecido:

- composto por PVC e fibra de poliéster ou fibra de vidro, com aproximadamente 30 a 40% de fibra de poliéster/fibra de vidro e 60 a 70% de revestimento de PVC; o fator de abertura da trama igual a 3%, translúcido, que permite visibilidade do exterior e privacidade ao ambiente e proporciona conforto visual e térmico (alta performance na reflexão solar, alta capacidade de absorção solar e baixa transmissão solar para o ambiente); coeficiente de transmissão visual/luz de 6%;
- bloqueio de raios UV igual a, no mínimo, 97%;
- tecido com tratamento antifúngico e antibacteriano (com laudo técnico e/ou certificado comprobatório);
- tecido que não propague chamas (com laudo técnico e/ou certificado comprobatório);
- espessura média de 0,50 a 0,70 mm ou superior;
- peso médio por metro quadrado variando de 400 a 500 gramas; o estabilidade dimensional menor que 0,5%; o tecido atóxico.

- Dispositivo de acionamento: produzido em plástico reforçado com fibra de vidro e molas de aço, que reduzem o peso e suavizam a subida/descida da cortina. Com trava retrátil de segurança junto ao suporte de fixação e ponteira retrátil com trava de segurança ajustável por rosca, impedindo o desencaixe, mesmo com movimentos abruptos. Tubo (sistema roller) de, no mínimo, 32mm para cortinas de até 1,90 metros de largura e, 38 mm, quando acima de 1,90 metros de largura, em alumínio extrudado na cor natural.

- Suportes de fixação: em aço galvanizado, que permite o encaixe do dispositivo de acionamento em 3 diferentes posições, de 45º em 45º, adequando sua posição conforme o local de instalação, com vistas à ergonomia no manuseio da cortina. Suportes de fixação com tampas laterais em polietileno brancas.

- Trilho inferior em formato retangular com 30mm, em liga de alumínio extrudado, com pintura eletrostática a pó na cor branca, para fixação de insert plástico soldado no final do tecido e com tampas laterais em plástico injetado na cor branca, garantindo que a cortina fique esticada.

- Fixação: em laje de concreto, parede ou forro de gesso (a depender do projeto). As buchas poderão ser do modelo convencional ou especial para forro de gesso. Quando a largura da cortina for menor que 100 cm, usar 2 suportes; quando for maior ou igual a 100 e menor que 200 cm, utilizar 3 suportes, no mínimo.

- Tipos de recolhimento (o acionamento da correia deve permitir a parada em qualquer altura) – a ser especificado quando do pedido:

- (a) “standard”, quando o tecido desce por trás do tubo enrolador e fica mais próximo ao vidro;
- (b) “invertido”, quando o tecido desce pela frente do tubo enrolador e fica mais distante do vidro.



- Tipos de instalação para duas ou mais peças – a ser especificado quando do pedido:
  - (a) lado a lado: instalação com frestas de, no máximo, 2 cm (dois centímetros) entre os tecidos, com o uso de suportes intermediários. o (b) sobreposta: instalação com uma cortina atrás e outra à frente, transpassando 10 cm (de suporte a suporte) para evitar a fresta entre os tecidos.
- Lado do comando – a ser especificado quando do pedido.
- Fornecimento do produto: todos e quaisquer materiais e acessórios necessários à correta instalação das cortinas rolô em tela solar. A retirada das persianas antigas, quando houver, correrá por conta da CONTRATADA. O descarte de tais persianas ficará a cargo do TRE-SC.
- Garantia de \_\_\_\_\_, contados do recebimento definitivo, em caso de material defeituoso, vício oculto, erro de fabricação ou defeito nos componentes mecânicos. Não cobre danos resultantes de acidentes, uso abusivo, mau uso ou desgaste natural, além de danos decorrentes de exposição a ambientes que ocasionem a corrosão de componentes da cortina em tela solar.

**Município: Florianópolis/SC.**

**Local(is):** \_\_\_\_\_.

**Endereço(s):** \_\_\_\_\_.

**Quantidade(s):** \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

O fornecimento e a instalação dos produtos obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 074/2022, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e da Ata de Registro de Preços n. .../2022, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento e instalação dos produtos objeto deste Contrato:

2.1.1. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.1, o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_); e/ou

2.1.2. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.2, o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de entrega e instalação do objeto descrito na Cláusula Primeira é de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC.

3.2. O presente Contrato terá vigência da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO**

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, **após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

5.1.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.





5.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

5.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

5.5. Se ocorrer **atraso de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I =  $6/100/365$  (ou seja, taxa anual/ $100/365$  dias).

I = 0,0001644.

## CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Elemento de Despesa – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 51 – Peças Não Incorporáveis a Imóveis.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2022NE000\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para a realização da despesa.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:



8.1.1. autorizar o início dos serviços;

8.1.2. efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa CONTRATADA, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE;

8.1.3. promover a fiscalização da presente aquisição através dos representantes, os servidores titulares das funções de chefia das unidades do TRESC no interior e, da chefia da Seção de Engenharia e Arquitetura, nas unidades da Capital, ou seus substitutos, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

8.1.4. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

8.1.5. emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;

8.1.6. exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação; e

8.1.7. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 5.1.2.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. executar o objeto no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

9.1.2. visitar o local antes da realização dos serviços para conferência das medidas e demais condicionantes do projeto;

9.1.3. entregar e instalar os produtos conforme condições estipuladas no Projeto Básico e com os projetos disponibilizados pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;

9.1.3.1. os serviços de instalação deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, ou outro horário a ser previamente combinado com o Gestor do Contrato, sem prejuízo ao andamento das atividades nos locais;

9.1.4. entregar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) nas tabelas do item 2.7 do Projeto Básico / Termo de Referência, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

9.1.4.1. poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados;

9.1.5. substituir o produto e/ou refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;

9.1.5.1. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

9.1.5.2. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço;

9.1.6. substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o(s) produto(s) que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESC;

9.1.7. fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços;

9.1.8. assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;

9.1.9. empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto,



mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento;

9.1.10. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;

9.1.11. executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes;

9.1.12. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

9.1.13. reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;

9.1.14. recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002;

9.1.15. responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;

9.1.16. não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência da SEA/CIS/TRESC;

9.1.17. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;

9.1.18. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem;

9.1.19. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.20. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

9.1.21. reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, nos termos do art. 70 da Lei n. 8.666/93;

9.1.22. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados;

9.1.23. proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável;

9.1.24. assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados;

9.1.25. prestar garantia do objeto pelo período indicado na Cláusula Primeira;

9.1.26. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

9.1.27. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 074/2022.



## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

**10.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e neste Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:**

- a) apresentar documentação falsa;
- b) causar o atraso na execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar a execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) declarar informações falsas; e
- g) cometer fraude fiscal.

**10.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:**

a) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

c) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

e) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

f) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

**10.1.2. As sanções previstas na subcláusula 10.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.**

**10.1.3. A pena prevista na alínea “b” da subcláusula 10.1.1 poderá ser reduzida em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.**

**10.1.4. Quando a ação ou omissão da Contratada ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.**

**10.2. Para os casos não previstos na subcláusula 10.1, se a Contratada descumprir as condições deste Contrato, ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.**

**10.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:**

**10.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;**

**10.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do Contrato;**

**10.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do Contrato;**

**10.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;**

**10.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;**



10.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.4. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.1 e na alínea “c” da subcláusula 10.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

10.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços de instalação, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.5.1. Os atrasos de que trata a subcláusula 10.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do Contrato.

10.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

10.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

10.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

10.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

10.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” da subcláusula 10.3 exaure-se a esfera administrativa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea “b” da subcláusula 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas na subcláusula 10.2.1.4 e na alínea “c” da subcláusula 10.3.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

12.1. É vedado às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção



de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

12.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

12.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, em razão da execução do serviço objeto deste Contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da Contratada, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do Contratante.

12.5. A Contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

12.6. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.7. A Contratada é responsável, no término do presente contrato, pela devolução dos dados ao Contratante ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.8. Quando for caso de eliminação dos dados, a Contratada deverá informar ao Contratante a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a destinação das informações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADA: \_\_\_\_\_





**PREGÃO N. 074/2022**

**ANEXO I**

**RELAÇÃO DE ITENS**

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	PARTICIPAÇÃO	QUANT.	UNID.
1	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 1	Item de participação <b>exclusiva</b> para MEs / EPPs / Sociedades Cooperativas	80	m²
2	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 2	Item de participação <b>exclusiva</b> para MEs / EPPs / Sociedades Cooperativas	80	m²
3	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 3	Item de participação <b>exclusiva</b> para MEs / EPPs / Sociedades Cooperativas	80	m²
4	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 4	Item de participação <b>exclusiva</b> para MEs / EPPs / Sociedades Cooperativas	80	m²
5	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 5	Item de participação <b>exclusiva</b> para MEs / EPPs / Sociedades Cooperativas	80	m²
6	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 6	Item de participação <b>exclusiva</b> para MEs / EPPs / Sociedades Cooperativas	80	m²
7	Persianas em lâminas verticais de PVC – REGIÃO 7	Item de participação <b>exclusiva</b> para MEs / EPPs / Sociedades Cooperativas	80	m²
8	Cortinas Rolô em Tela Solar 3% - Sede e Anexo I do TRE-SC	Item de participação <b>aberta</b>	225	m²
9	Cortinas Rolô em Tela Solar 3% - Sede e Anexo I do TRE-SC	Item de participação <b>exclusiva</b> para MEs / EPPs / Sociedades Cooperativas	75	m²

**Observação:** Demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

